

Juros altos preocupam até aliados do governo

Com apoio de integrantes do PMDB, um senador do PSDB e outro do PFL dizem que taxas ultrapassaram o limite do suportável e do razoável para o país



Reale (E) debate na Comissão que examina novo Código Civil

Reale aponta avanço do novo Código Civil

Mesmo antes de ser aprovado, o projeto do novo Código Civil já influenciou a elaboração de várias leis vigentes no país e até mesmo o código chileno, em vigor desde 1981. A observação foi feita pelo jurista Miguel Reale em palestra na comissão especial do Senado que examina a matéria.

Página 3

Suplicy prevê fim da greve de petroleiros

Líder do PT anuncia início de entendimento entre a categoria e a Petrobrás em busca do fim da greve, que pode acontecer ainda hoje. Pág. 4

NESTA EDIÇÃO

Távola pede debate da ética na imprensa

Página 3

Cutolo explica mudanças na CEF a senadores

Página 2

TCU ajuda a rastrear obra inacabada

Página 3

Um senador do PFL e outro do PSDB, os dois partidos que dão sustentação ao governo no Congresso, engrossaram ontem o coro de vozes contrárias à política de juros elevados adotada pelo governo para conter o consumo.

"As dificuldades estão se agravando além de um limite razoável", disse o senador Josaphat Marinho (PFL-BA), ao alertar o presidente da República para o crescente divórcio entre o governo e a população, causado pela política econômica.

No mesmo tom, o senador Geraldo Melo (PSDB-RN) advertiu: "Ultrapassamos a dose em que essa política poderia

ter sido útil ao país."

Melo enfatizou que não há muita diferença entre as taxas vigentes, de até 14% ao mês, e as que foram adotadas nos fracassados planos econômicos dos últimos anos.

Os senadores Carlos Bezerra (PMDB-MT), Humberto Lucena (PMDB-PB) e Ney Suassuna (PMDB-PB) apoiaram Geraldo Melo.

Por sua vez, o senador Wilson Kleinübing (PFL-SC) disse que Melo "generalizou", lembrando que a política de juros para o mercado exterior é correta. Para o senador catarinense, as taxas internas devem coibir o excesso de consumo.

Senador quer afastar Raytheon do Sivam

Se a empresa que presidiu a escolha da principal companhia do projeto Sivam foi considerada inidônea, como fica a situação dessa principal empresa?

A pergunta foi feita em plenário, ontem à tarde, pelo senador Esperidião Amin (PPR-SC), referindo-se à exclusão da Esca como gerenciadora do Sistema de Vigilância da Amazônia (Sivam). A principal empresa é a norte-americana Raytheon, que fornecerá equipamentos para o projeto.

Amin afirmou que o Executivo deve submeter novamente o assunto ao Senado. Já o senador Jader Barbalho (PA), líder do PMDB, cumprimen-

tou o presidente Fernando Henrique Cardoso pela exclusão da Esca como gerenciadora do Sivam, mas considerou contraditórias as declarações dos assessores do presidente em declarações à imprensa. Alguns jornais noticiaram que a Esca poderá voltar ao Sivam, associando-se a outros grupos.

O senador Antônio Carlos Magalhães (PFL-BA), presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, disse que o presidente da República não permitirá que a Esca volte a participar do Sivam. "O Senado não poderia aceitar isso", ponderou.

Cutolo diz que Caixa não fará demissões em massa

E senadores preocupam-se com a perda da capacidade de atuação da CEF e com baixo investimento em moradia popular

O engajamento da estrutura de pessoal da Caixa Econômica Federal não será feito à custa da demissão de funcionários efetivos, mas de mão-de-obra terceirizada. A garantia foi dada na manhã de ontem pelo presidente da CEF, Sérgio Cutolo, convocado à Comissão de Assuntos Econômicos do Senado por requerimento de Freitas Neto (PFL-PI) e Ademir Andrade (PSB-PA).

Diversos senadores manifestaram preocupação com a perda de capacidade de atuação da Caixa. Esperidião Amin (PPR-SC) questionou a capacidade



Senadores acompanham depoimento de Cutolo na CAE

de os clientes de baixa renda pagarem os juros e os custos dos empréstimos. Wilson Kleinübing (PFL-SC) pediu informações detalhadas sobre os critérios para aplicação dos recursos do FGTS. Igual interesse manifestaram Antonio

Carlos Valadares (PP-SE) e Carlos Patrocínio (PFL-TO).

À tarde, Leomar Quintanilha (PPR-TO), Osmar Dias (PP-PR) e Valmir Campelo (PTB-DF) defenderam mais recursos e facilidades de financiamento para a habitação popular.

Eliezer Batista será ouvido sobre a Vale

O ex-ministro das Minas e Energia e ex-presidente da Companhia Vale do Rio Doce Eliezer Batista da Silva será convidado pela Comissão de Serviços de Infra-Estrutura para oferecer informações esclarecedoras sobre o processo de privatização daquela empresa estatal. Requerimento nesse sentido, de autoria do senador Mauro Miranda (PMDB-GO), foi aprovado pela comissão.

O senador argumentou que o convidado é o idealizador e o responsável pelo formato atual e pelo crescimento da Vale.

Agenda do Dia

PLENÁRIO

14h30 - Sessão Ordinária do Senado

Pauta: *PLC nº 81/92, que cria na 8ª Região da Justiça do Trabalho, em Belém, Estado do Pará, no âmbito do Ministério Público do Trabalho, cargos de procuradores do trabalho, de 2ª categoria, cargos em comissão, e dá outras providências. (Em discussão) *PLC nº 128/92, que reajusta a pensão graciosa concedida pela Lei nº 3.618/59, a Elza Borges Tavares. (Em discussão)

COMISSÕES

10h - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Pauta: Matérias de competência da comissão, destacando-se: *Texto do projeto a ser apresentado pela CCJ, que "proíbe a nomeação de parentes para cargos em comissão, e dá outras providências"; * Proposta de Emenda à Constituição nº 10/95, que altera dispositivos que menciona da Constituição Federal; * Emenda de Plenário oferecida ao PLC nº 30/94, que transforma e cria cargos no quadro de pessoal do Conselho da Justiça Federal; *PLC nº 37/95, que altera dispositivos do Código de Processo Civil, com a adoção da Ação Monitória; *PLC nº 9/94, que altera o regimento de custas da Justiça do Distrito Federal; * Emendas de Plenário oferecidas ao PLC nº 101/93 (tramita em conjunto com o PLC nº 45/91), que fixa diretrizes e bases da educação; *PLS nº 17/95 (terminativo), que autoriza o Poder Executivo a instituir, no âmbito do Departamento de Polícia Federal do Ministério da Justiça, delegacias especializadas em crimes raciais, e dá outras providências; *PLC nº 245/93, que dispõe sobre a atualização monetária dos honorários advocatícios fixados em percentual sobre o valor dado à causa; *PLC nº 75/94, que define a ação de ferir, mutilar ou matar animal com fins de entretenimento como crime, cominando sanções penais aos infratores, e dá outras providências; *PLS nº 46/95

(terminativo), que cria o Conselho Nacional do Entendimento e Desenvolvimento - CONADE, e dá outras providências. Local: Sala 03 - Ala Senador Alexandre Costa.

14h - Comissão Especial "destinada a reavaliar o Projeto Calha Norte"

Pauta: Exposição do General de Brigada Carlos Roberto Figueiredo Uchoa de Moura. Local: Sala 02 - Ala Senador Nilo Coelho.

16h - Comissão Mista "destinada a examinar e emitir parecer sobre a MP nº 997/95, que autoriza o Poder Executivo a abrir o orçamento da seguridade social em favor do Ministério do Planejamento e Orçamento, crédito extraordinário no valor de 69 milhões, 110 mil e 107 reais para os fins que especifica".

Pauta: Instalação, eleição do presidente e vice-presidente e escolha do relator. Local: Sala 04 - Ala Senador Nilo Coelho.

17h - Comissão Especial "destinada ao estudo do PLC nº 73/94-SF, que institui o Código de Trânsito Brasileiro"

Pauta: Reunião de trabalho. Local: Sala 19 - Ala Senador Alexandre Costa.

17h30 - Comissão de Fiscalização e Controle

Pauta: Eleição do presidente e apreciação de matérias de competência da comissão: *Requerimento solicitando seja criada uma subcomissão, no âmbito da comissão, para fiscalizar e controlar as ações decorrentes da implementação e execução das políticas públicas para os setores de telecomunicações: petróleo e gás e elétrico e *Requerimento solicitando seja pedida ao TCU auditoria sobre a aplicação dos recursos do Finam/Sudam, de 1974 até esta data, levantando dados relativos às empresas que se beneficiaram dos recursos, nos moldes do que ocorreu recentemente no Finor/Sudene. Local: Sala 07 - Ala Senador Alexandre Costa.

18h - Lançamento dos livros *OBrazil como problema e O povo brasileiro* do senador Darcy Ribeiro. Local: Salão Nobre do Senado Federal.

Comissão inicia trabalho com apoio do TCU

A visita realizada ontem ao presidente do Tribunal de Contas da União (TCU), ministro Marcos Villaça, pelos senadores Carlos Wilson (PSDB-PE), Edison Lobão (PFL-MA) e Casildo Maldaner (PMDB-SC) marcou o início dos trabalhos da Comissão Especial do Senado criada para realizar um criterioso levantamento das obras públicas que se encontram paralisadas em todo o país.

Foi o que anunciou Carlos Wilson, presidente da comissão, acrescentando que, com o apoio daquele órgão, "teremos condições de realizar uma completa radiografia das obras inacabadas".

Durante reunião realizada no início da noite de ontem, o relator da comissão, Casildo Maldaner, informou que já foram enviadas 4.800 correspondências para governadores, presidentes de assembleias legislativas de todos os estados e prefeitos. Eles deverão informar em que estágio se encontram as obras cuja execução é de responsabilidade da União.

Júnia pede mais atenção para o Jequitinhonha

Maior atenção do governo federal para com o Vale do Jequitinhonha foi o apelo feito pela senadora Júnia Marise (PDT-MG), ao reportar-se à visita feita à região, no último fim de semana, pela primeira-dama e presidente do programa Comunidade Solidária, dona Ruth Cardoso.

Apresentando dados relativos a indicadores sociais, tais como saneamento básico, analfabetismo, desnutrição infantil e urbanização, Júnia Marise traçou um comparativo do Jequitinhonha com a Região Nordeste e mostrou que o Vale consegue ser ainda mais pobre. "Há quase um milhão de pessoas nessa situação", lamentou a senadora.

Távola cobra debate sobre a ética na imprensa

Senador alerta que noticiário traz meias verdades, virou espetáculo, e que "o mentido vale mais do que o desmentido"

A divulgação de uma lista de jornalistas que pediram aposentadoria especial, juntando nomes de reputação ilibada com outros que buscaram aproveitar-se indevidamente da legislação, deve servir de alerta para que a própria imprensa inicie um debate interno sobre a questão da ética na atividade jornalística. A sugestão é do senador Arthur da Távola (PSDB-RJ), que convidou a uma reflexão sobre a utilização da imprensa - "que não é mais o quarto, é o primeiro

poder", e que, quando mal utilizado, "causa danos irreparáveis".

Arthur da Távola disse que a notícia não vale mais como informação, e sim como espetáculo, porque o sensacionalismo é que garante a audiência das televisões ou a venda dos jornais. Nessas circunstâncias, afirma o senador, tornou-se comum o recurso a técnicas pouco éticas para "esquestrar a matéria", sem preocupação com a correta e prévia apuração dos fatos, até que

o noticiário passa a ser composto menos de fatos, e mais de "meias verdades, indícios e sintomas", e, finalmente, "a junção de meias verdades leva o raciocínio a um resultado falso".

O problema se agrava porque, para a imprensa, "todos são culpados, até prova em contrário", o que vem a somar-se, segundo o senador, à constatação da quase impossibilidade de repor a verdade dos fatos, porque "o desmentido nunca tem o valor do mentido".



Calheiros preside reunião da comissão do São Francisco

Supersafra gera crise no cerrado baiano

Com as dificuldades de armazenamento, transporte e comercialização, o cerrado baiano, última fronteira agrícola do Nordeste, vive uma crise singular provocada pela explosão da safra de grãos prevista para este ano. O maior problema é enfrentado pelos produtores de soja, que terão este ano a safra duplicada para 1,6 milhão de toneladas.

O quadro dramático foi traçado ontem na reunião da Comissão Especial do Vale do São Francisco, presidida pelo senador Renan Calheiros (PMDB-AL), em

painel apresentado por Idoni Luiz Grolli, representante da maior agro-indústria instalada naquela área.

O técnico da Embrapa José Eurípedes da Silva fez um relato sobre as potencialidades do cerrado abrangido pela bacia do São Francisco, advertindo para alguns cuidados que devem ser tomados no sentido de que essa expansão agrícola não se transforme, depois, num desastre ecológico, em vista da fragilidade do solo. Uma das soluções por ele apontada está na diversificação de culturas.

Reale destaca avanço no novo Código Civil

O projeto de novo Código Civil, mesmo antes de ser aprovado, já influenciou a elaboração de várias leis vigentes no país e até o Código chileno em vigor desde 1981, afirmou ontem pela manhã o jurista Miguel Reale, em palestra na Comissão Especial do Senado que examina a matéria. Durante a reunião, o relator do projeto, senador Josaphat Marinho (PFL-BA), disse que a matéria deve ser votada pelo Senado ainda na atual legislatura.

Miguel Reale destacou para os senadores a preocupação social presente na proposta de novo Código Civil, em contraposição ao individualismo que marca o diploma em vigor desde 1916. O jurista, de 85 anos, há duas décadas supervisionou a comissão que redigiu o anteprojeto de Código e, desde então, vem acompanhando, como consultor, a tramitação da matéria no Congresso.

O senador Bernardo Cabral (AM), líder do PP, ponderou na sessão da tarde do Senado que o Brasil precisa da revisão do Código Civil, e manifestou sua certeza que a atual comissão especial irá concluir seus trabalhos nesta legislatura.

Suplicy prevê fim imediato da greve

Líder do PT informa que Petrobrás admite rever demissões e parcelar corte dos dias parados, além de atender parte das reivindicações econômicas

Nizan: Político deve modernizar seu discurso

O discurso dos políticos precisa ser modernizado para que eles consigam comunicar-se com a população, segundo a análise apresentada ontem pelo publicitário Nizan Guanaes.

Nizan Guanaes, presidente da DM9, uma das principais agências de publicidade do país, foi o convidado do dia no Ciclo de Palestras sobre Comunicação e Marketing Político, promovido pela Comissão de Edu-



Hollanda e Requião participaram do debate com Nizan (E)

cação e pela Secretaria de Comunicação do Senado.

Participaram dos debates os senadores Roberto Requião

(PMDB-PR), Marina Silva (PT-AC), Arthur da Távola (PSDB-RJ) e Joel de Hollanda (PFL-PE).

Acordo com Banco Europeu é aprovado

O Senado aprovou na tarde de ontem acordo de cooperação firmado entre o Brasil e o Banco Europeu de Investimento (BEI), assinado em Luxemburgo, em 19 de dezembro de 1994.

O senador Bernardo Cabral (AM), líder do PP, ao proferir parecer favorável ao acordo, argumentou que o programa já beneficiou diversos países em desenvolvimento e opera através de *joint-ventures* entre empresas européias e de outros países, transferindo tecnologias e fazendo investimentos na área de telecomunicações, transportes e meio ambiente.

Gilvam acha autoritária proibição do aborto

A interrupção da gravidez é a quarta causa de mortalidade entre as mulheres no Brasil, segundo as estatísticas citadas ontem pelo senador Gilvam Borges (PMDB-AP). Ele considera a legislação brasileira autoritária e irresponsável no que se refere à prática do aborto e criticou as posições que a Igreja vem sistematicamente adotando em relação à questão.

— Entre a Igreja, que em certos momentos manifesta-se de forma hipócrita, e as mulheres desesperadas, que, premidas por variadas conjunturas, são levadas à prática do aborto, eu fico com essas mulheres fabulosas — disse o senador.

Gilvam Borges fez referência a matéria recentemente publicada na revista *Veja* em que uma freira, por sua experiência de convívio com mulheres despossuídas, teria defendido “que a interrupção da gravidez se fazia necessária em algumas circunstâncias”.

A senadora Marina Silva (PT-AC) disse que o aborto jamais deve ser defendido como uma política, pois ele “não é desejável a ninguém”, e apoiou políticas públicas de planejamento familiar. Marina Silva frisou também que muitas pessoas contrárias ao aborto, como ela, não o são por falso moralismo e sim por questões de consciência e fé.

A Petrobrás e os petroleiros estão para entrar em entendimento dentro de algumas horas, anunciou o senador Eduardo Suplicy (PT-SP) no início da noite de ontem.

Segundo ele, o presidente da empresa, Joel Rennó, teria admitido negociar a revisão das demissões, o parcelamento do desconto dos dias parados e reivindicações econômicas dos grevistas. Encerrada a greve, o entendimento se iniciaria imediatamente, frisou o senador.

Para o senador, basta que o governo sinalize “que é possível o cancelamento das demissões e a negociação do desconto dos dias parados”. A qualquer gesto nesse sentido, “certamente os petroleiros estarão voltando ao trabalho, por decisão de suas assembleias, até o meio-dia de amanhã (hoje)”, enfatizou.

O senador também destacou que o ex-presidente Itamar Franco confirmara ao presidente Fernando Henrique Cardoso os termos do entendimento com os petroleiros em novembro do ano passado.

Já o senador Esperidião Amin (PPR-SC) disse que, no caso da greve dos petroleiros, “não existe vencedor”. No entanto, na sua opinião, há derrotados: o usuário e a economia do país.

O senador Sérgio Machado (PSDB-CE) lembrou que democracia exige respeito à lei e que a Justiça decidiu, por duas vezes, pela ilegalidade da greve. “E se essa decisão fosse contra o governo?”, indagou.

MESA DIRETORA DO SENADO FEDERAL

Presidente: José Sarney ■ 1º Vice-Presidente: Teotônio Vilela Filho
2º Vice-Presidente: Júlio Campos ■ 1º Secretário: Odacir Soares
2º Secretário: Renan Calheiros ■ 3º Secretário: Levy Dias
4º Secretário: Ernandes Amorim ■ Suplentes de Secretário: Antônio Carlos Valadares ■ José Eduardo Dutra ■ Luiz Alberto de Oliveira ■ Ney Suassuna

Impresso no Centro Gráfico do Senado Federal

Jornal do Senado

Órgão de divulgação da Secretaria de Comunicação do Senado Federal
Diretor da Secretaria de Comunicação Social — Fernando Cesar Mesquita
Diretor da Subsecretaria de Divulgação — Helival Rios ■ Coordenador de Jornalismo — Flávio de Mattos ■ Chefe do Serviço de Imprensa — José do Carmo Andrade ■ Editores — Djalba Lima e Edson de Almeida
Diagramação — Sérgio Silva e Wesley Carvalho ■ *Veja no Diário do Congresso Nacional a íntegra dos projetos e pronunciamentos citados.*